

Escolas públicas localizadas no campo e o movimento nacional da educação do campo: quais aproximações?

Resumo

O objetivo deste texto é problematizar as escolas públicas localizadas no campo, no Estado do Paraná, que não possuem vínculo com os movimentos sociais, e tecer algumas reflexões sobre sua aproximação com o Movimento Nacional da Educação do Campo cunhado pelos movimentos sociais do campo. O estudo é oriundo de investigações coletivas que fazem uso do instrumental de abordagem qualitativa de pesquisa, tendo como técnicas de coleta de dados a entrevista, observação e análise documental. A partir dos dados obtidos em trabalho de campo foi possível verificar que há algumas aproximações entre as escolas públicas localizadas no campo e o Movimento Nacional da Educação do Campo, os quais convivem com as mesmas relações sociais, culturais, econômicas do campo brasileiro e suas contradições, a exemplo do agronegócio. Apesar disso, constata-se que esses dois segmentos estão distantes no âmbito do diálogo e da formação coletiva. O Movimento Nacional da Educação do Campo tem conquistado espaço no cenário sociopolítico nacional por meio de movimentos sociais e outras instituições. As escolas públicas localizadas no campo, sem vínculo com estes movimentos, desconhecem a experiência acumulada do Movimento Nacional da Educação do Campo, com isso fortalecem a ideologia da educação rural.

Palavras-chave: escolas públicas localizadas no campo; movimento nacional da educação do campo; movimentos sociais do campo.

Patrícia Correia de Paula Marcoccia
Instituto Federal Catarinense
pa.tyleo12@gmail.com

Sandra Aparecida Machado Polon
sandrapolon@yahoo.com.br

Introdução

O objetivo deste texto é problematizar as escolas públicas localizadas no campo, no Estado do Paraná, que não possuem vínculo com os movimentos sociais do campo e tecer algumas reflexões sobre sua aproximação com o Movimento Nacional da Educação do Campo cunhado pelos movimentos sociais do campo.

O estudo é oriundo de investigações coletivas que fazem uso do instrumental de abordagem qualitativa de pesquisa, tendo como técnicas de coleta de dados a entrevista, observação e análise documental.

A partir dos dados obtidos em trabalho de campo, verificou-se que há algumas aproximações entre as escolas públicas localizadas no campo e o Movimento Nacional da Educação do Campo, os quais convivem com as mesmas relações sociais, culturais, econômicas do campo brasileiro e suas contradições, a exemplo do agronegócio.

Apesar disso, constata-se que esses dois segmentos estão separados no âmbito do diálogo, da discussão e da formação coletiva. O Movimento Nacional da Educação do Campo tem conquistado espaço no cenário sociopolítico nacional por meio de movimentos sociais e outras instituições ligadas a estes movimentos, os quais vêm desencadeando estratégias de mobilização e lutas pela efetivação do direito à educação. Esse movimento tem feito diversas denúncias em relação ao fechamento das escolas públicas localizadas no campo, à precariedade do transporte escolar e da infraestrutura das escolas, bem como a frágil formação de professores e de recursos materiais e pedagógicos.

Concomitantemente, as escolas públicas localizadas no campo, no Estado do Paraná, sem vínculo com estes movimentos, vivenciam a mesma precariedade supracitada em relação ao direito à educação dos povos do campo, porém desconhecem o Movimento Nacional da Educação do Campo, sua trajetória, a experiência acumulada dos movimentos sociais do campo no que diz respeito à educação e sua construção por outro projeto societário de campo e de país. Algumas dessas escolas têm acesso a programas governamentais da educação do campo, os quais chegam para as Secretarias Municipais de Educação, a exemplo do Programa Nacional da Educação do Campo –

PRONACAMPO. Também é importante destacar os projetos de educação do campo vinculados ao Observatório da Educação financiado pela CAPES/INEP, que constituem espaços de formação continuada dos professores que trabalham nas escolas localizadas no campo, na perspectiva do Movimento Nacional da Educação do Campo.

Este texto está organizado em duas partes. A primeira apresenta a trajetória histórica do Movimento Nacional da Educação do Campo cunhado pelos movimentos sociais do campo e suas demandas atuais. A segunda problematiza as escolas públicas localizadas no campo, no Estado do Paraná, que não possuem vínculo com os movimentos sociais do campo e tece algumas reflexões sobre essas escolas e suas aproximações com o Movimento Nacional da Educação do Campo.

Trajetoária do Movimento Nacional da Educação do Campo

No final da década de 1980 e início da década de 1990, os movimentos sociais da classe trabalhadora camponesa se manifestaram por meio de mobilizações e ações de resistência, como: ocupações de terra contra a estrutura agrária, o agronegócio, a expropriação da terra e a situação de exclusão econômica e social do trabalhador do campo.

Esses movimentos começam a reivindicar seus direitos, instituídos ou não nas políticas públicas, e também dão início à construção de um projeto revolucionário do campo, apresentando seu lugar social no país, ao mesmo tempo em que constroem alternativas de resistência nas esferas da política, da economia e da cultura, que também incluem iniciativas na área da educação (FERNANDES *et al.*, 2004).

A luta dos movimentos sociais de trabalhadores do campo tem por objetivo a transformação das condições de vida da população do campo, abordando a reforma agrária, as políticas públicas e a expansão dos direitos humanos. Porém, não é uma transformação que parte das demandas impostas pelas esferas governamentais para os povos do campo, acontece a partir das demandas e necessidades da prática social dos trabalhadores do campo.

É dessa concepção que nasce a educação do campo, que tem como meta principal a luta desses trabalhadores para a construção de um modelo de educação que considere a sua realidade e interesses, valorizando os diferentes “grupos identitários” e a sua produção da existência. Essa concepção começa a ser sistematizada em meados da década de 1990, com o primeiro Encontro¹ Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), e em 1998, na primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. É nesse contexto que emerge o Movimento Nacional em torno da questão da Educação do Campo no Brasil.

Esses eventos foram impulsionados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O objetivo fundamental dos eventos foi resgatar a luta dos povos do campo pelo direito à educação, pensada a partir dos sujeitos do campo em oposição à educação rural, e instituir políticas educacionais específicas para o campo.

É a partir das mobilizações e enfrentamentos que foi sendo delineado o conceito de política pública instituída pelos movimentos sociais do campo, impondo ao Estado que garantisse e efetivasse as demandas da população do campo.

Uma das primeiras experiências de política pública constituída pelos movimentos sociais do campo foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, que possibilitou a expressão de uma parceria estratégica entre governo, universidades e movimentos sociais do campo, com o objetivo de desencadear um amplo processo de alternativas educacionais nos assentamentos de Reforma Agrária (BRASIL, 2004).

Em 2002, foram aprovadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), que representam a primeira política pública da educação do campo. Em seu bojo, as diretrizes trazem a luta histórica dos movimentos

¹ O I ENERA trouxe à discussão o alto índice de analfabetismo e a baixa escolaridade das pessoas que vivem em assentamentos, conforme dados revelados pelo primeiro Censo da Reforma Agrária do Brasil (BRASIL, 2004).

sociais do campo pelo direito à educação, pensada no contexto dos direitos e da identidade dos povos do campo, bem como discussões sobre organização curricular, projeto político-pedagógico diferenciado e participação da comunidade no currículo escolar.

Em 2004, os movimentos sociais do campo promoveram a segunda Conferência Nacional por uma Educação do Campo. Além de influenciar as ações do MEC – que instituiu, no mesmo ano, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), com o objetivo de atender a diversos programas de educação do campo –, a conferência criou dentro da SECAD uma Coordenação específica de educação do campo.

A partir disso, o MEC passou efetivamente a coordenar ações voltadas à elaboração de uma política nacional de educação do campo. Conforme o processo avançava, o debate da educação do campo no contexto nacional atingia vários estados brasileiros que, a partir do olhar dos movimentos sociais do campo de alguns Estados, juntamente com os órgãos governamentais, passam a discutir demandas da educação do campo nos sistemas de ensino municipal e estadual.

As ações para ampliar as discussões da educação do campo nos vários sistemas estaduais e municipais do país ganharam maior força quando foi estabelecida uma agenda de trabalho ligada à Coordenação do Grupo Permanente de Educação do Campo, no espaço do Ministério da Educação.

A partir de então, foram determinados o cumprimento e a ampla divulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Estados e Municípios – mediante articulação com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), e Conselhos Estaduais de Educação – que teriam que tomar medidas para implementar essa política nas escolas públicas do campo.

A educação do campo só iria incorporar-se institucionalmente ao Sistema Nacional de Ensino se houvesse uma parceria entre os órgãos governamentais, os sistemas de ensino e os sujeitos sociais envolvidos nessa prática.

Considerando o exposto, foi possível perceber que as redes e sistemas de ensino não estavam se articulando para garantir essas políticas. Dessa forma, em 2007, a SECAD encaminhou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) uma consulta com orientações e proposições para o atendimento da educação do campo, principalmente sobre as questões do transporte escolar e nucleação. O documento culminou na aprovação das diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (BRASIL, 2008), isto é, diretrizes complementares da educação do campo.

Além de trazer as questões do transporte escolar, o documento estabelecia que, para as séries iniciais do Ensino Fundamental, o deslocamento poderia ser intracampo, quando necessário, para evitar a locomoção dos estudantes por longos trajetos. Também demonstrava preocupação com a educação infantil e o acesso dos alunos da educação especial à educação básica nas escolas públicas do campo.

Em 2010, foi aprovado o Decreto do Presidente da República, de 4 de novembro de 2010, estabelecendo a política da educação do campo e do PRONERA.

Ainda em 2010, foi criado o Fórum Nacional de Educação do Campo² (FONEC), por autoconvocação dos movimentos e organizações sociais e sindicais do campo, universidades e institutos federais de educação. O FONEC se caracteriza “uma articulação dos sujeitos sociais coletivos que o compõem, pautados pelo princípio da autonomia em relação ao Estado”. Seu objetivo é realizar constante análise crítica a respeito das políticas públicas de educação do campo, bem como sua implantação, consolidação e, também, propor políticas de educação do campo (CARTA DE CRIAÇÃO DO FONEC, 2010, p. 1). As entidades integrantes do FONEC constituíram em 2012, uma análise coletiva do conjunto de ações da política de educação do campo no formato de programas governamentais, bem como investigaram a situação atual da educação, no contexto da vida social dos trabalhadores do campo. O foco desse Fórum foi discutir o papel do Estado no estabelecimento do projeto dominante de educação, do desenvolvimento do país e da agricultura, a partir das contradições presentes na realidade. O papel do FONEC

2 Para dar continuidade ao FONEC, foi criada uma Comissão Provisória com o papel de construir uma agenda de trabalho, divulgar as ações realizadas e ampliar a articulação que constitui o Fórum.

é um espaço fundamental para garantir o fortalecimento da educação do campo a partir da sua materialidade de origem, o qual não permitirá que o conceito de educação do campo seja deslocado e apropriado pelo agronegócio e pela ideologia da educação rural, devidamente (re)configurada pelas novas demandas de reprodução do capital no campo.

A inserção dessas políticas nas esferas públicas, a partir do final da década de 1990, promoveu que o debate em torno da educação do campo fosse se propagando em alguns estados brasileiros, porém, em diferentes intensidades, conforme a disposição e o interesse dos governos estaduais e municipais. Do mesmo modo, essa discussão também chegou a algumas universidades brasileiras, dando início a estudos, pesquisas e extensões voltadas à relação entre educação e movimentos sociais do campo.

Conforme Munarim (2008, p. 1), o Movimento Nacional da Educação do Campo tem “conteúdo político, gnosiológico e pedagógico” pelo fato de aparecerem, como sujeitos³ dessa prática social, movimentos sociais do campo, organizações, centros de pesquisa e pessoas de instituições públicas, como universidades, que utilizam, em benefício de suas intenções e dos projetos políticos a que se agregam, a estrutura do próprio Estado.

É nesse cenário que as discussões sobre a educação do campo brasileiro se fortaleceram e se constituíram em muitas conquistas nas políticas educacionais para os povos do campo, à medida que ocorriam os diálogos com outros segmentos da sociedade vinculados à educação.

A luta dos povos do campo pelo direito à educação se manifestou na conquista de programas educacionais, entre os quais se destacam o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa Saberes da Terra, o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa de Iniciação à Docência

3 A esse respeito, Munarim (2008, p. 1) aponta que, como sujeitos desta prática social, estão as “organizações e movimentos sociais populares do campo”: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), os sindicatos de trabalhadores rurais e federações estaduais vinculados à CONTAG, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB) e, por fim, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Além disso, participam, ainda, centros de pesquisa, organizações e outros segmentos da sociedade.

– PIBID Diversidade/CAPES, entre outros. Esses programas foram avaliados pelo FONEC e considerados insuficientes diante do papel do Estado, o qual deveria garantir uma política pública que de fato estabelecesse mudanças estruturais na vida dos povos do campo, todavia “esses programas foram passos importantes no cumprimento do direito à educação dos povos do campo, e o FONEC não só defende sua permanência no escopo do Governo enquanto for necessário por existir demanda potencial” como também reivindica o alargamento para atender “toda a demanda existente no menor tempo possível” (FONEC, 2012, p. 16).

Em 2012, o governo federal lançou o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), com o objetivo de ofertar apoio técnico e financeiro aos estados e municípios e implementar uma política nacional de educação do campo. Porém, segundo o FONEC (2012), essa política representa de alguma forma um retrocesso em relação ao que está proposto no Decreto de 2010.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) para o campo também foi visto pelo FONEC como um retrocesso, pois a política de educação profissional no país caminha numa concepção “pragmática da instrução que serve ao mercado”, por outro lado, os cursos do PRONATEC representam possibilidades de capacitação técnica para os agricultores da classe popular. É fundamental perceber as contradições nesse programa e os projetos da agricultura capitalista e da agricultura familiar, os quais são opostos e integram lógicas muito distintas (FONEC, 2012, p. 19).

Embora alguns programas supracitados não atendam à materialidade de origem da educação do campo, e estejam profundamente comprometidos com o fortalecimento do capital, os movimentos e organizações sociais de trabalhadores do campo trabalham na e com a contradição, num movimento dinâmico e dialético, o qual pressupõe manter-se na luta, resistindo e, ao mesmo tempo, organizando estratégias coletivas para superar os desafios colocados ao Movimento Nacional da Educação do Campo por meio do agronegócio e do ataque do capital.

Na conjuntura atual, são diversos os desafios e compromissos da educação do campo. No que diz respeito às escolas públicas do campo, o FONEC (2012) aponta no

documento Notas para análise do momento atual da Educação do Campo algumas demandas, tais como: a) “envolver instituições de ensino superior no debate e na superação das metas da formação de educadores do campo” (FONEC, 2012, p. 25); b) apoiar e ampliar iniciativas de formação continuada realizadas pelas organizações sociais do campo; c) lutar contra o fechamento de escolas e a favor de sua construção; d) participar do debate sobre o projeto político-pedagógico das escolas do campo; e) discutir os temas e focos dos cursos de Especialização em Educação do Campo; f) estabelecer com o MEC metas e valores para pesquisa na educação do campo, por meio do Observatório da Educação, bem como fortalecer a articulação entre os Observatórios; g) incentivar e participar da construção de materiais didático-pedagógicos e por fim, h) fiscalizar a implementação do PRONACAMPO.

Todavia, essas relações são contraditórias e expressam as lutas e as forças sociais em movimento, isto é, a ideologia da educação rural e a concepção de educação do campo. Ainda que o Estado em sua estrutura jurídica, legislativa e executiva esteja subordinado à classe dominante que detém o capital, a educação do campo trabalha no vácuo das transições e desse modo vai construindo o que Frigotto (2011, p. 11) denomina germe novo, o qual “implica a existência de forças sociais organizadas e com consciência e identidade de classe”, que disputam outra sociedade.

Nos espaços em que não há a presença de movimentos sociais do campo, pouco avança a luta social organizada e com identidade de classe. O que se observa é que as escolas públicas localizadas no campo sem vínculo com esses movimentos, embora marcada pelas mesmas contradições do capitalismo, estas desconhecem as demandas do Movimento Nacional da Educação do Campo. Esse desconhecimento ajuda a enfraquecer e fragmentar as lutas da educação do campo.

Escolas públicas localizadas no campo no Estado do Paraná

Ao problematizar a escola pública localizada no campo convém lembrar, como diz Arroyo (2006), que existe na forma escolar uma ossatura difícil de modificar, nessa mesma perspectiva, Caldart (2011) afirma que a escola é uma instituição conservadora,

que resiste a ideia do movimento bem como, resiste a estabelecer um vínculo com as lutas sociais. Consequentemente, a escola pública apresenta um caráter geral de neutralidade e autonomia frente às questões que envolvem as lutas dos movimentos sociais, a desigualdade, a violência, o desemprego, a reforma agrária e tantos outros problemas sociais mais amplos, vinculados à saúde, moradia e o próprio acesso à educação imprescindível na manutenção da vida humana, ou seja, quando se apresenta alheia a esses conflitos, contribui muito pouco para formar os cidadãos.

Contudo, quando os educadores da escola pública localizada no campo estão engajados no Movimento Nacional da Educação do Campo, “comprometidos (as) com ideais pedagógicos humanizadores e libertários” possibilitam uma formação humana diferente, isto é, que permite identificar os conflitos sociais e buscar nos coletivos novas soluções, pois, como afirma Caldart (2011, p.123), na escola pública localizada no campo se faz necessário compreender que “o processo pedagógico é um processo coletivo e por isso precisa ser conduzido de modo coletivo, enraizando-se e ajudando a enraizar as pessoas em coletividades fortes”.

Desse modo, ao focar a escola pública localizada no campo, uma primeira característica a ser considerada é justamente reconhecer que nessa o processo pedagógico é efetivado no coletivo. Todavia a realidade tem evidenciado que as escolas públicas localizadas no campo, sem vínculo com os movimentos sociais, desconhecem o debate da educação do campo, das políticas e da luta do Movimento Nacional da Educação do Campo pelo direito à educação.

Contudo, as contradições históricas do campo brasileiro estão presentes nessas escolas e em todos os territórios rurais do país, sobre um novo ciclo de acumulação do capital, um movimento de caráter internacional puxado pelas fortes emergências das commodities.

Nesse sentido, mesmo que essas escolas não tenham contato com os movimentos sociais do campo e desconheçam o debate da educação do campo, elas estão vivendo sob o mesmo projeto de desenvolvimento destinado para o campo, para a agricultura e para a educação, o qual está fundamentado no agronegócio (re)configurando a educação

Escolas públicas localizadas no campo e o movimento nacional da educação do campo: quais aproximações?

Patrícia Correia de Paula Marcoccia - Sandra Aparecida Machado Polon

rural. Um exemplo disso, é um contingente de sujeitos do campo que deixam suas casas todos os dias para trabalhar como proletários nas cidades próximas, essas atividades são exercidas, em mercados, lojas, indústria, transporte entre outras. Isso acaba descaracterizando a vida no campo, em muitos casos acaba sendo o local de dormitório de muitos (ex)camponeses, que contraditoriamente se tornam assalariados devido a dominação do agronegócio, o qual expulsa o homem do campo para expandir sua produção.

Essa (re)configuração tem se constituído por meio de parcerias entre escola e agronegócio, através de materiais didáticos, cartilhas de orientações a respeito do cuidado com o meio ambiente e com a doação de recursos e aparelhos eletrônicos às instituições escolares localizadas no campo. Esse processo sinaliza para o fortalecimento do projeto histórico da educação rural, porém sob nova configuração de acumulação do capital.

A partir dos dados obtidos em trabalho de campo, verificaram-se diversas fragilidades nas escolas públicas localizadas no campo que não tem vínculo com movimentos sociais do campo, bem como ausência de formação inicial e continuada dos professores na perspectiva da educação do campo.

A existência de um significativo número de alunos matriculados em escolas públicas do campo no Paraná, conforme o quadro apresentado na sequência, habilita enfatizar que é necessário trazer para os cursos de formação de professores as orientações, as experiências do Movimento Nacional da Educação do Campo no sentido de respaldar outro olhar para o que se efetiva nas escolas, pois do contrário o direito à educação dos povos do campo vai continuar sendo relegado a um segundo plano.

QUADRO 1- MATRÍCULA EM ESCOLAS DO CAMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NO PARANÁ EM 2011

Unidades da Federação	Matrícula inicial	
	Educação Infantil	Ensino fundamental

PARANÁ	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
2011								
Estadual Rural	0	0	363	0	2.569	0	43.460	377
Municipal Rural	154	1.269	5.508	722	62.039	2.263	1.673	101

FONTE: Censo Escolar 2011.

Observando o quadro, é possível identificar que a rede municipal atende a maior parte dos educandos do campo na educação infantil e anos iniciais, enquanto a rede estadual é responsável pelos anos finais do ensino fundamental.

A partir dessa constatação, parece ser importante pensar como ocorre a aproximação do Movimento da Educação do Campo nas escolas que atendem tais educandos, visto que, as pesquisas têm demonstrado que a formação de professores é desigual no Estado do Paraná, o que compromete as adequações e encaminhamentos da prática pedagógica para atendimento específico dessa população escolar.

Para exemplificar essa questão, alguns dados obtidos por meio de entrevista, relatos e observações na Região Metropolitana de Curitiba do Paraná respaldam essa constatação.

Um dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba tem 69 comunidades e 16 escolas localizadas no campo. Dessas, apenas uma funciona em um assentamento, conseqüentemente, os projetos político-pedagógico (PPP) de 15 escolas, não apresentam proposições voltadas para o debate sobre o Movimento Nacional da Educação do Campo, não trazem em seus PPP nenhum referencial ou comentários sobre tal concepção. Contudo, uma escola, localizada em assentamento nesse município, apresenta em seu PPP, algumas proposições em consonância com o Movimento da Educação do Campo. Além disso, até o ano de 2013, não foram ofertados cursos de formação continuada de professores que contemplassem a educação do campo.

Esses dados demonstram que essas escolas municipais não têm aproximação com o Movimento Nacional da Educação do Campo. Esse entendimento foi apontado por Souza (2011, p. 35) que afirma que “o debate da educação do campo ainda é incipiente nos municípios do estado do Paraná”. Conseqüentemente, a não apropriação das concepções e do próprio Movimento da Educação do Campo mantém as marcas das proposições da escola urbana nas escolas públicas localizadas no campo.

Além disso, a maioria dos cursos de licenciatura não incorporou o debate do Movimento Nacional da Educação do Campo. Todavia, convém lembrar que existem cursos específicos para formação de professores que atuam nas escolas do campo, como o ofertado pela, UNIOESTE e UNICENTRO no Paraná, porém são cursos de licenciatura em educação do campo com formação para a atuação mais especificamente no final dos anos iniciais e ensino médio. Essas IES ofertam também cursos de pós-graduação, como a UFPR. Contudo, tais cursos não abrangem pela própria localização territorial a formação de grande parte dos professores das escolas do campo na perspectiva do Movimento Nacional da Educação do Campo. Tal situação aponta uma lacuna existente na formação inicial do professor que atua em diferentes contextos escolares. Essa constatação também foi indicada nas diretrizes da educação do campo do Paraná:

os professores saem dos bancos escolares, dos cursos de licenciatura, sem ter estabelecido qualquer discussão sobre o modo de vida camponês, pressupondo que o modo de vida urbano prevalece em todas as relações sociais e econômicas brasileiras. Da mesma forma, a maioria dos cursos de formação continuada deixa de valorizar a educação do campo. (PARANÁ, 2006, p. 32).

Para exemplificar essa invisibilidade, no tocante a Educação do Campo em cursos de licenciatura, aponta-se o caso de uma instituição de ensino superior pública do interior do Paraná, no curso de pedagogia em 2013, ofertado a distância para 220 acadêmicos, os quais são professores inseridos em escolas públicas, somente dois trabalhos de conclusão de curso estiveram voltados para a educação do campo. Os outros 218 Trabalhos de Conclusão de Curso tratavam sobre assuntos diversos vivenciados no cotidiano das escolas, porém não indicam como espaço de pesquisa a escola do campo. Esses dados parecem corroborar com a invisibilidade da escola pública localizada no campo, bem

como reforçam o entendimento de que na formação inicial do professor o debate sobre o movimento da educação do campo ainda é um espaço que urge ser conquistado. Isto pelo fato de que,

no Paraná (foi marcante) o processo de nuclearização das escolas do campo e a municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Com isso, muitas escolas foram retiradas das comunidades, passando a se localizar nas sedes dos municípios. Ainda que essa escola não esteja próxima ao local de moradia, ela deve ser concebida como uma escola do campo e não pode recair no equívoco de privilegiar a cultura da cidade, desvalorizando a identidade desses alunos, sejam crianças, adolescentes, jovens ou adultos. (PARANÁ, 2006, p. 34).

Como destacado acima, uma escola para ser do campo não precisa necessariamente estar localizada em área rural. Uma escola pública para ser do campo tem como característica os sujeitos que estão matriculados na mesma. Desse modo, uma escola situada em área urbana pode ser do campo por atender filhos de camponeses, de pequenos produtores, de faxinais, de quilombos, de ilhéus. Isto significa afirmar que é o público atendido que vai definir se é do campo ou da cidade.

As características principais das escolas públicas localizadas no campo com ou sem vínculo com os movimentos sociais do campo, no Paraná, apresentam diversas fragilidades no que se refere à infraestrutura física, tecnológica, transporte escolar, práticas pedagógicas, formação de professore etc. Além disso, é preciso destacar o fluxo contínuo de fechamento de escolas.

Quanto à infraestrutura, verificou-se que algumas escolas ainda não possuem água encanada, ausência de manutenção, pois estão com os vidros quebrados e portas emperradas. Na questão pedagógica, os dados demonstram que essa é efetivada segundo as orientações das escolas urbanas, embora tenham recebido livros voltados à educação do campo, esse material didático não garante práticas pedagógicas consonantes com o movimento da educação do campo. Em relação à formação continuada dos professores, a maioria relatou que não participou de reuniões ou debates sobre educação do campo ofertados pelas Secretarias Municipais de Educação.

Essas realidades apontam que as escolas públicas localizadas no campo, no Estado do Paraná, vivenciam as mesmas tensões e contradições que o Movimento Nacional da Educação do Campo.

Considerações finais

O propósito deste texto foi problematizar as escolas públicas localizadas no campo, no Estado do Paraná, que não possuem vínculo com os movimentos sociais do campo e tecer algumas reflexões sobre sua aproximação com o Movimento Nacional da Educação do Campo cunhado pelos movimentos sociais do campo. E, a partir dos dados obtidos em trabalho de campo, foi possível constatar que: as escolas públicas localizadas no campo e o Movimento Nacional da Educação do Campo vivenciam as mesmas relações quanto à negação do direito à educação dos povos do campo; e convivem com a ideologia da educação rural, contradições históricas do campo brasileiro e com as tensões do projeto de desenvolvimento do agronegócio.

Embora essas relações sejam semelhantes para esses dois segmentos sociais, as escolas públicas localizadas no campo sem vínculo com os movimentos sociais do campo desconhecem a trajetória, as experiências e as lutas do Movimento Nacional da Educação do Campo. Em algumas escolas, verifica-se que está ocorrendo uma aproximação com essas discussões, mas é por meio de projetos vinculados ao Observatório da Educação na perspectiva da educação do campo. Em outras escolas o debate adentra os portões por estar localizada em assentamento, ou quando um profissional faz parte do debate do Movimento Nacional da Educação do Campo, ou quando algum professor da escola participa de curso de formação inicial, continuada e/ou cursos de especialização que interagem com os debates e proposições da educação do campo.

De modo geral, constata-se que as escolas localizadas no campo, sem vínculo com os movimentos sociais do campo, acabam ficando isoladas das discussões a respeito da educação do campo, da sua dimensão política e das lutas e mobilizações construídas no Movimento Nacional da Educação do Campo. Tal situação contribui para a manutenção da negação do direito à educação dos povos do campo e o fortalecimento da ideologia da

educação rural. Considera-se importante ampliar os espaços de diálogo e de participação dessas instituições escolares no Movimento Nacional da Educação do Campo, com vistas a construir processos emancipatórios de formação que problematizem as contradições e tensões históricas do campo brasileiro, o projeto de desenvolvimento do agronegócio e sua relação com a educação dos povos do campo.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão.** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 103-116.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária** – PRONERA. Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/projetos_programas/0127102302.pdf. Acesso em: 28 de jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 29 abr. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rcebo02_08.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2011.

BRASIL. Decreto nº. 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/Decreto/D7352.htm>. Acesso em: 23 fev. 2011.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2011. p. 147-158.

FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.* Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-64.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (FONEC). **Carta de criação do Fórum [...]** na sede da Contag, durante os dias 16 e 17 de agosto de 2010. Brasília, 2010.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - FONEC. **Notas para análise do momento atual da Educação do Campo**. Seminário Nacional. Brasília, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira. (Orgs.). **Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 7-14.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica de 2011**. Brasília, DF: INEP, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/basica-censo>>. Acesso em 25 nov. 2011.

MUNARIM, Antônio. Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, GT3 – Movimentos Sociais e Educação, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4244-Int.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2006.

REFERÊNCIAS para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004. Disponível em: <<http://www.red-ler.org/referencias-educacao-campo.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2011.

SOUZA, Maria Antônia de. A Educação é do campo no estado do Paraná? In: SOUZA, Maria Antônia de (Org.). **Práticas educativas do/no campo**. Ponta Grossa: UEPG, 2011.